



ITEM Nº 41 DA RESOLUÇÃO TC Nº270/2024

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins probos junto ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que o FUNPREMO não possui comitê de investimentos, sendo o mesmo facultativo conforme Portaria 1.467/2022.

Moreilândia-PE, 31 de dezembro de 2024.

MARIA EUGÊNIA BARBOSA LOPES

*Gerente de Previdência do FUNPREMO
Portaria nº. 092/2021*



DECRETO N.º 025/2022

Dispõe sobre a revogação do Decreto nº 06, de 18 de fevereiro de 2014.

O **Prefeito do Município de Moreilândia**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 06, de 18 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a criação do Comitê de Investimentos, órgão consultivo dos investimentos do RPPS, subordinado ao Conselho Deliberativo do Fundo Previdenciário do Município de Moreilândia - FUNPREMO.

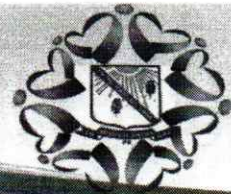
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Pedro Raimundo de Oliveira, Gabinete do Prefeito em 02 de junho de 2022.

VICENTE TEIXEIRA SAMPAIO NETO
Prefeito

[Assinado eletronicamente]



DECRETO Nº 06, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Cria o Comitê de Investimentos, subordinado ao Conselho Deliberativo e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOREILÂNDIA, ESTADO DE PERNAMBUCO**, usando das atribuições que lhes confere a Lei Orgânica Municipal c/c o art. 3º-A da Portaria MPS nº 519/2011, acrescido pela e Portaria MPS nº 440/2013.

DECRETA:

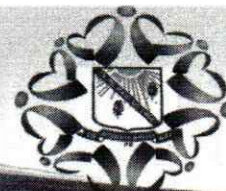
Art. 1º Fica criado o **COMITÊ DE INVESTIMENTOS**, órgão consultivo dos investimentos do RPPS, devidamente subordinado ao Conselho Deliberativo do Fundo Previdenciário do Município de Moreilândia – FUNPREMO, cuja competência e procedimentos são estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º O Comitê visa atender a regra inserta no art. 40 da Constituição Federal, sendo indispensável para garantir a boa gestão dos investimentos dos recursos do RPPS e visa à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de seus ativos e passivos.

Parágrafo único. O Comitê tem por objetivo o estrito cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos do FUNPREMO, respeitados os princípios de qualidade e a fiel observância dos procedimentos internos e ao estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Compete ao Comitê de Investimentos:

- I - formular as políticas de gestão dos recursos;
- II - zelar pela execução da programação econômico-financeira dos valores patrimoniais;
- III - avaliar propostas, submetendo-se aos órgãos competentes para deliberação;
- IV - subsidiar o Conselho Deliberativo de informações necessárias à sua tomada de decisões;
- V - analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio;
- VI - propor estratégias de investimentos para um determinado período;
- VII - reavaliar as estratégias de investimentos em decorrência de fatos conjunturais relevantes;
- VIII - fornecer subsídios para a elaboração ou alteração de política de investimentos;
- IX - acompanhar o grau de risco das operações, reportando aos gestores do RPPS e Conselhos qualquer situação de risco elevado e,
- X - acompanhar a execução da política de investimentos.
- XI - avaliar a Política de Investimentos, propondo alterações julgadas necessárias, submetendo-a ao Conselho Deliberativo;



XII - apreciar e dar seu parecer quanto à proposta do Plano de Aplicações Financeiras, observado a legislação vigente;

XIII - analisar as demonstrações dos investimentos realizados no mercado financeiro;

XIV - avaliar o desempenho do administrador/gestor dos recursos, observados os critérios de rentabilidade, liquidez e segurança dos investimentos;

XV - promover com base na avaliação de desempenho, o ranking dos administradores/gestores dos recursos financeiros;

XVI - definir os limites globais de aplicações em cotas de fundos de investimentos por administrador/gestor;

XVII - acompanhar e verificar o cumprimento da política de investimentos de acordo com o estabelecido;

XVIII - emitir parecer quanto à escolha de novas instituições financeiras, observado a política de investimentos;

XIX - apreciar os relatórios gerenciais emitidos pela Diretoria Financeira;

XX - zelar pela promoção de elevados padrões de ética na condução das operações relativas às aplicações dos recursos do FUNPREMO;

XXI - propor aos Conselhos do FUNPREMO medidas que julgar convenientes.

Art. 4º São integrantes do Comitê de Investimentos:

I - O Gerente de Previdência, que será o Presidente do Comitê;

II - O Assistente Administrativo Financeiro do RPPS, que será o Vice-Presidente do Comitê;

III - 03 (três) servidores titulares de cargo de provimento efetivo, sendo um indicado pelo Gestor Previdenciário e dois indicados pelo Prefeito.

§ 1º Os membros integrantes do Comitê de Investimentos serão nomeados por Portaria do Poder Executivo Municipal com mandato de 02 (dois) anos permitida à recondução.

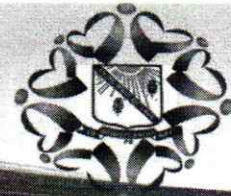
§ 2º Os integrantes do Comitê de Investimentos deverão ter grau de instrução médio, no mínimo, e poderão participar de cursos de preparação para exame de CPA-10 e/ou de atualização em investimentos sendo que as despesas ficarão a cargo do FUNPREMO, em tudo observada a legislação municipal vigente.

§ 3º Excepcionalmente, poderá ser membro do Comitê de Investimento servidor ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

§ 4º Até 31 de julho de 2014 a maioria do membro do Comitê deverá ter a certificação de que trata o art. 2º, da Portaria MPS nº 519/2011.

Art. 5º O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente em sessões bimestrais e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor-Presidente e/ou pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º As deliberações do Comitê dar-se-ão pelo voto simples de seus membros.



§ 2º O funcionamento do Comitê será regrado conforme deliberações do Conselho Deliberativo.

Art. 6º Das reuniões do Comitê de Investimentos serão lavradas atas devidamente assinadas pelos membros presentes e deverão ser disponibilizadas para consultas e arquivadas no RPPS para os devidos fins de direito.

Art. 7º O Comitê de Investimentos, após análise dos relatórios gerenciais apresentados pela Diretoria Financeira, emitirá quadro demonstrativo com o ranking das aplicações financeiras e respectivas colocações das instituições financeiras, com as quais o FUNPREMO mantenha aplicações, observado os seguintes critérios:

I - Rentabilidade alcançada pelas aplicações financeiras do FUNPREMO, no período de 06 (seis) meses (1.ª medição), após o início das aplicações junto à instituição financeira e ao final do período de 12 (doze) meses (2.ª medição);

II - b) Rentabilidade dessas aplicações comparadas a outros índices econômicos, como CDI – Poupança – INPC – IGP-M – IBOVESPA e outros índices que vierem a surgir e compatíveis com o benchmark de cada fundo e que possam medir a capacidade desses investimentos;

III - Rentabilidade dessas aplicações comparadas à meta atuarial a ser alcançada pelo IPPSPMST anualmente;

IV - Relação risco retorno das aplicações, tomando por base ferramentas como: Índice de Sharpe e Volatilidade Histórica;

V - Valor da taxa de administração dos fundos de investimentos.

Art. 8º Os critérios a serem observados, quando da seleção de nova(s) instituição(s) para aplicações financeiras do FUNPREMO, serão:

I - Para a escolha da Instituição Financeira devem ser considerados os critérios de solidez patrimonial, rentabilidade, solvência e liquidez conforme o artigo I, da Resolução BACEN 3922/10, considerando-se, ainda, o volume de recursos administrados e experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

II - Possuir a instituição financeira dentre seus produtos comercializados, fundos de investimentos regulamentados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, e sujeitos ao código de autorregulamentação da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;

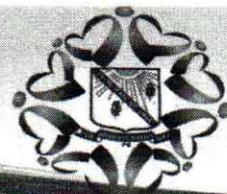
III - A Instituição deve possuir experiência na gestão de recursos de Regimes Próprios de Previdência Social, devendo ser indicado ao FUNPREMO relação nominal de clientes entidades municipais ou estaduais de previdência pública, indicando no mínimo 5 (cinco) entidades;

IV - Deverá à instituição financeira apresentar classificação de RATING dela e de seus fundos de investimentos, quando couber;

V - Possuir e/ou promover a instituição financeira curso(s) ou serviço(s) de orientação e informação aos clientes exclusivos, referentes ao mercado financeiro e que são utilizados como ferramenta pelo gestor do fundo, sendo observados ainda o atendimento e relacionamento da instituição com o FUNPREMO;

Prefeitura Municipal de Moreilândia

Cuidando da Nossa Gente



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA EUGENIA BARBOSA LOPES
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 47/a489b3-33fc-4e2b-82e9-5a32daba0bf

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Moreilândia/PE, 18 de fevereiro de 2014.

Jesus Felisardo de Sá
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 693.114.634-34

Rua José Miranda, 901 – Centro – Moreilândia – PE – CEP: 56150-000
CNPJ: 11.361.227-0001/89 – Telefone: (87) 3891-1162